



## A ilustração em Kant e Popper

### The illustration in Kant and Popper

Elizabeth de Assis Dias<sup>1</sup>  
edias@ufpa.br

**Resumo:** O presente trabalho visa determinar as raízes ilustradas da filosofia de Popper, na medida em que o próprio filósofo se define como um racionalista, que acredita na razão e como adepto e seguidor do esclarecimento, e desta forma se identifica com o ideal ilustrado de emancipação por meio do conhecimento. Pretende-se buscar esses liames em Kant, sua referência imediata quanto trata da temática. Deste modo, iremos, primeiramente, analisar como Kant entende o esclarecimento e, posteriormente, Popper de modo a evidenciar certos pontos em comum, mas também nuances próprias na forma do filósofo austríaco compreender a razão e sua tarefa emancipatória.

**Palavras-Chaves:** Razão; esclarecimento; emancipação; educação.

**Abstract:** The present paper aims to determine the illustrated roots of Popper's philosophy, as the philosopher himself defines himself as a rationalist, who believes in reason and as an adept and follower of enlightenment, and thus identifies himself with the illustrated ideal of emancipation through knowledge. It is intended to seek these relations in Kant, their immediate reference on the subject. Thus, we will analyze first how Kant understands enlightenment and then Popper to highlight certain similarities, but also nuances of the way the Austrian philosopher understands reason and its emancipatory task.

**Keywords:** Reason; enlightenment; emancipation; education.

---

1 Professora do Departamento de Filosofia e do Programa de Pós-graduação em Filosofia da Universidade Federal do Pará (UFPA).

## Introdução

Kant e Popper são dois grandes filósofos, que muito embora tenham vivido em séculos distintos, apresentam certas afinidades de interesses em suas filosofias e pontos de vista em comum. Tendo em vista essas afinidades, Popper, se considera como o herdeiro genuíno de Kant, ainda que seja de uma forma não-ortodoxa, tanto no que diz respeito a sua teoria da ciência, quanto a sua ética e filosofia política (Popper, 1986, p.90). Com relação à primeira, Kant está na origem dos dois problemas fundamentais de sua Epistemologia<sup>2</sup> (o problema da indução e o da demarcação científica), cuja solução só foi possível a partir de suas análises (Popper, 1975, p.89); com relação a segunda, ao campo da Ética e da Filosofia política, Popper valoriza as ideias kantiana de autonomia e de respeito ao outro, pois no âmbito da política, considera que elas se coadunam com sua doutrina liberal, na medida em que levam a exortação da liberdade individual<sup>3</sup>. Os estudiosos da obra de Popper tem se debruçado sobre essa sua declarada herança de modo a elucidar a legitimidade de tais vínculos.

Nosso objetivo, neste trabalho, é analisar uma outra confluência de interesses entre ambos, que muito embora não exclua as citadas acima, não as toma como centrais, trata-se da ilustração, mais precisamente, da questão da emancipação por meio do conhecimento, que faz com que Popper se reconheça, mais uma vez, como seguidor de Kant.-

Com efeito, a ilustração teve seu ponto de culminância no o século XVIII, que ficou conhecido, entre os franceses, como o período das Luzes, da Razão ou, como D’Alembert o denominou, o “século da Filosofia” (D’Alembert, 1994, p. 4) e, entre os alemães, como a Aufklärung. Este século, de fato, se notabilizou pela defesa do uso esclarecido da razão e sua aplicação a todos os domínios, como também, se preocupou com os progressos da razão e seu aperfeiçoamento. Trata-se de um século que, no dizer de Cassirer, “viu e glorificou na razão e na ciência a suprema faculdade do homem” (1992, p.14). Os pensadores ilustrados consideravam como sua missão iluminar o gênero humano com a luz do pensamento racional. Somente desta forma seria possível combater a superstição e todas as formas de obscurantismo.

Mas, quando falamos de filosofia ilustrada, não podemos pensar que se trata de “uma doutrina sistemática susceptível de ser exposta como um todo uno e coerente” (Fortes, 1981, p.14). Na verdade, estamos diante de um movimento heterogêneo, com diferentes vertentes, que se desenvolveu em vários países, se notabilizou em vários domínios do conhecimento e teve como seus defensores pensadores de diferentes estirpes, como Voltaire, D’Alembert, Diderot e Kant, para

2 Sobre a influência de Kant na teoria da ciência de Popper ver o artigo “Popper um kantiano não-ortodoxo”. In CARVALHO, M. E FIGUEREDO, V. (Org.). *Filosofia Contemporânea: Lógica, linguagem e ciência*, São Paulo, ANPOF, 2013, vol. 5, p. 261-268.

3 A este respeito ver Perona, A. J. *Entre el liberalismo y la socialdemocracia: Popper y la “sociedade aberta”*, cap.I.

citar alguns. Cassirer vai mais longe, ao situar esta filosofia no âmbito de um mais vasto encadeamento histórico. Considera que o movimento iluminista se encontra ligado por uma multiplicidade de vínculos ao passado e ao futuro (p. 7).

Este trabalho pretende esclarecer, justamente, os vínculos dessa filosofia com o futuro, pois no século XX, o filósofo Karl Popper, se autointitula um ilustrado, ou melhor, o “último ilustrado” (Popper, 2006, p. 263). Neste sentido se reconhece como seguidor dos ideais das luzes. Tais liames podem ser compreendidos se concebermos a ilustração como um projeto. Neste sentido, haverá sempre a possibilidade de novos defensores e continuadores comprometidos com tais ideais, Popper se considera um deles. Mas, em que termos podemos ver Popper como um ilustrado? Em que aspectos sua filosofia se aproxima desses ideais? Como ele entende a ilustração? Quais seriam os liames de Popper com esse movimento?

Encontramos nas obras de Popper poucas referências sobre essas suas origens ilustradas, muito embora ele reiteradas vezes se declare como tal. Uma análise mais atenta de seus escritos nos possibilita identificar algumas pistas. E, nesse sentido, há dois ensaios, que compõem a sua obra *Em busca de um mundo melhor*, que nos parecem reveladores, pois seus próprios títulos já denotam seus liames com as luzes, mais especificamente com Kant. O primeiro se intitula “Immanuel Kant: o filósofo do esclarecimento”<sup>4</sup> (1954) e o segundo “Autoemancipação por meio do conhecimento” (1961). Assim, ao buscarmos os vínculos de Popper com o movimento ilustrado iremos tomar Kant como referência, pois é ele que Popper considera como o grande defensor das ideias ilustradas e a quem faz alusão quando se declara um racionalista e seguidor do esclarecimento (Popper, 2006, p. 268). Para elucidar a problemática delineada acima, iremos analisar, primeiramente, como Kant entende a ilustração e sua tarefa de emancipação, em seu escrito “Resposta a pergunta: Que é ilustração?” e, em outras obras que tratam da questão e, posteriormente, esclarecer em que medida Popper se insere no projeto ilustrado ao defender a razão e a autoemancipação.

### O esclarecimento em Kant

Em seu escrito “Immanuel Kant: o filósofo do esclarecimento”, discurso proferido por ocasião dos 150 anos de sua morte, Popper observa que apesar da vida reservada que o filósofo vivia a notícia de sua morte causou uma grande consternação na pequena cidade de Königsberg, as pessoas correram a sua residência. Uma grande multidão acompanhou o seu cortejo fúnebre. E o filho de um pobre artesão foi sepultado como um rei (Popper, 2006, p. 161). E questiona a razão dessa espantosa eclosão de sentimento popular. A reputação de Kant como grande filósofo e um homem bom não é uma boa explicação. No seu entender essa manifestação tinha um significado mais profundo:

4 Esse escrito tem duas versões uma que está reproduzida na obra *Em busca de um mundo melhor* e a outra compõe a obra *Conjecturas e refutações*, na versão desta última foram acrescentadas notas ao texto.

Eles vinham, portanto, demonstrar sua gratidão ao mestre dos Direitos do Homem, da igualdade perante a lei, da cidadania mundial, da paz universal – e possivelmente, o mais importante, da emancipação pelo conhecimento (Popper, 1982, p.203).<sup>5</sup>

Mas, por que a emancipação pelo conhecimento seria considerada a mais importante contribuição de Kant? Em uma nota da segunda versão dessa sua palestra radiofônica, Popper esclarece que a própria história de vida de Kant teria contribuído para a valorização deste ideal. Ele ascendeu de uma situação muito próxima da miséria até a fama e a melhores condições de vida ajudando deste modo, a reforçar a ideia de emancipação pela autoeducação (Popper, 1982, p.203). E em outra passagem acrescenta:

Criado na pobreza, dentro de ambiente estreitamente pietista [...] sua biografia é uma história de emancipação pelo conhecimento. Já maduro, o filósofo lembrava com horror o que chamava sua ‘escravidão infantil’. Não seria exagero dizer que o tema de sua vida foi a luta pela liberdade espiritual (Popper, 1992, p.205).

Deste modo Kant seria um ilustrado, não apenas porque viveu na época das luzes, fez seus os ideais ilustrados e procurou repensá-los, mas também, por que sua própria história de vida seria o reflexo desses ideais, na medida em lutou para sair da menoridade intelectual que lhe foi imputada e buscou atingir a sua emancipação. Mas em que termos se daria essa emancipação? O que significa emancipar-se por meio do conhecimento? Antes de analisarmos essas indagações precisamos elucidar o que é a ilustração, pois, conforme ressalta Zöllner, “essa pergunta que é quase tão importante quanto: o que é verdade, deveria, certamente, ser respondida antes que se comece a ilustrar!” (Zöllner, 1783 apud Torres Filho, 1987, p. 88). Kant enfrentou tal desafio e, em seu opúsculo *Resposta à pergunta: Que é esclarecimento?*, procurou responder a essa questão. Diz ele:

Esclarecimento [“Aufklärung”] é a saída do homem de sua *menoridade, da qual ele próprio é culpado. A menoridade é a incapacidade de fazer uso de seu entendimento sem a direção de outro indivíduo. O homem é o próprio culpado* dessa menoridade se a causa dela não se encontra na falta de entendimento, mas na falta de decisão e coragem de *servir-se de si mesmo* sem direção de outrem. *Sapere aude!* (Kant, 1985, p. 100).

No entender de Popper, esse trecho mostra, claramente, a ideia que Kant tinha de esclarecimento: trata-se da autoemancipação pelo saber (Popper, 2006, p.174).

5 Citamos aqui a passagem da segunda versão do texto de Popper, pois há uma diferença na redação com relação primeira versão, que é muito significativa para os propósitos de nossa análise. Na primeira versão a emancipação não aparece como mais importante e sim a paz eterna na terra. Diz Popper: “eles foram a seu funeral para lhe agradecer como a um professor e divulgador dos direitos dos homens, da igualdade perante a lei, da cidadania mundial, da emancipação pelo conhecimento e – o que talvez seja ainda mais importante – da paz eterna na Terra” (Popper, 2006, p. 161). A nota que foi acrescentada a esse trecho esclarece a razão de Popper considerar a emancipação mais importante.

Tal ideia resumida na expressão latina *sapere aude* (“ousai saber”), se apresenta como uma conclamação para que o homem utilize livremente sua razão. Voltaire, em seu *Dicionário filosófico*, ao propor que o homem deve ter coragem de se servir de sua razão e se opor a toda forma de autoridade, antecipando Kant, também, conclama os homens a se emanciparem, recorrendo a esta expressão latina que remonta a Horácio. Diz ele: “Ousai pensar por vós mesmos!” (Voltaire 1967, p.585). Mais tarde, com Kant, tal expressão será conhecido como o lema do *Aufklärung: sapere aude*, em nome de uma valorização do uso não tutelado da razão. Podemos dizer que a ilustração se configurou em um momento da história da humanidade em que os filósofos cultivaram a ideia de emancipação do homem face a todas as formas de obscurantismos e a razão era a luz, que deveria conduzir os homens em seu caminho das trevas para o esclarecimento.

Mas, esta razão não deve ser entendida como a depositária das ideias inatas, de princípios e de verdades *a priori* dados por Deus, como a pensaram os grandes sistemas filosóficos do século XVII. Os filósofos das luzes dão a ela um sentido mais modesto, conforme nos esclarece Cassirer, pois ela se define não como uma forma de *possessão* de um conteúdo de conhecimento, de princípios e verdades, mas sim, como uma forma de *aquisição*. Trata-se de um “poder originário e primitivo que nos leva a descobrir, a estabelecer e a consolidar a verdade”, ou seja uma força, uma faculdade, que só podemos compreendê-la e explicá-la em seu exercício (Cassirer, 1992, p. 32). Assim, ao analisarmos a ilustração devemos ter em mente, que é a essa razão, que os filósofos ilustrados, atribuíam a tarefa de pensar por si mesmo, ou seja, de autoemancipar-se.

O opúsculo de Kant de 1784, na medida em que conclama os homens a fazerem uso de sua razão pode ser considerado como o manifesto do programa moderno de emancipação. Nele está expresso, conforme resumiu Muguerza, o sonho de libertação da humanidade, por meio da razão, erigido em promessa pela ilustração, (1991, p.13). Popper, vai mais longe, pois não vê no esclarecimento apenas uma promessa, mas o próprio sentido da vida. Muito embora não esgote o seu sentido “pode contribuir decisivamente para tornar nossa vida plena de sentido”. (Popper, 2006, p. 174). Esse sentido da vida não deve ser entendido como algo oculto que podemos descobrir na vida, mas sim como algo que podemos dar a ela. Podemos dar sentido a nossa vida por meio daquilo que realizamos, no nosso trabalho, nas ações que praticamos e nas atitudes que temos diante da vida e das demais pessoas (p. 175). Foi esse sentido que Kant conferiu a sua própria vida ao eleger a autoemancipação como sua tarefa. Diz Popper:

[...] a autoeducação intelectual, a autoemancipação pelo conhecimento, lhe pareciam uma tarefa filosoficamente necessária, que exorta cada homem aqui e agora à ação imediata; pois só pelo conhecimento podemos nos libertar espiritualmente – da escravidão por falsas ideias, preconceitos e ídolos. Desse modo, embora a

tarefa da autoemancipação certamente não esgote o sentido de nossa vida, o autodidatismo pode contribuir decisivamente para tornar nossa vida plena de sentido (Popper, 2006, p. 174).

O projeto kantiano era grandioso, na medida que visava não apenas contribuir para que cada homem em particular pensasse por si mesmo - sem tutelas, e sem coações, sejam elas de natureza civil ou moral - mas também, a própria humanidade. E o único requisito para o esclarecimento era a liberdade, a de se “fazer um uso público da razão em todas as questões” (Kant, 1985, p. 104). E, por “uso público da razão”, Kant entendia “aquele que qualquer homem, enquanto SÁBIO, faz dela diante do grande público do mundo *letrado*” (p. 104).

Mas, com isto, Kant não quer dizer que o esclarecimento está restrito a poucos, uma vez que considera que qualquer homem pode instruir-se, ou, por outro lado, que implique na posse de uma sabedoria. O esclarecimento não deve ser entendido como sinônimo de erudição, ou como riqueza de conhecimentos, pois muitas vezes quem detém esses conhecimentos demonstra ser menos esclarecido, uma vez que não se questiona acerca do saber que possui. A este respeito, o filósofo, em seu opúsculo “Que significa orientar-se no pensamento?” (1796) deixa claro que “o esclarecimento “é antes um principio negativo no uso da capacidade de conhecer” (Kant, 1985, nota 7, p. 98). Assim, não há, nenhum conhecimento adquirido, nenhum tutor, que estabeleça certos preceitos a serem seguidos, que nos tornará esclarecido. Para tal faz-se necessário apenas o uso da própria razão, ou seja interrogar-se a si mesmo se é “possível estabelecer como princípio universal do uso da razão aquele pelo qual admitimos alguma coisa ou também, a regra que se segue daquilo que admitimos” (1985, p. 96). Qualquer pessoa que fizer esse exame evitará sucumbir a superstição e ao fanatismo, mesmo não tendo conhecimento suficiente para refutá-los de forma objetiva.

Deste modo, “pensar por si mesmo,” ressalta Kant, significa procurar em sua própria razão “a suprema pedra de toque da verdade” (1985, p.98). E acrescenta: “a máxima que manda pensar sempre por si mesmo é o *esclarecimento*” (p. 98, nota 7). Trata-se de uma máxima do próprio entendimento ao conhecer.

Na *Critica da faculdade do juízo* (1790), Kant, ao tratar do entendimento humano comum, propõe, além da máxima relativa à faculdade de conhecer, mais duas máximas para o exercício do livre pensar, uma relativa à faculdade do juízo e a outra relativa à razão: 1) pensar por si mesmo; 2) pensar se colocando no lugar do outro; 3) pensar sempre em acordo consigo mesmo (Kant, 1993, p. 140). Essas mesmas máximas, se apresentam, na sua *Lógica* como “regras e condições universais para se evitar o erro em geral” (Kant, 1992, p. 74). E, na *Antropologia de um ponto de vista pragmático*, tais máximas são propostas para a categoria daqueles que pensam. (Kant, 2006, p.126).

A primeira é a máxima de uma razão ativa, legisladora de si mesmo, livre de preconceitos, ou seja, de uma razão esclarecida. A tendência oposta, a de uma razão passiva, heterônoma denomina-se de preconceito. E o maior deles, a superstição, consiste em não submeter as representações que se faz da natureza à regra que o entendimento lhe dá como fundamento. Deste modo, a razão passiva mantém-se presa a superstição (Kant, 1993, p. 141). É somente com o cultivo da razão, que é possível libertar-se dela e de todas as outras formas de preconceitos, ou seja, emancipar-se.

A segunda máxima, não diz respeito propriamente à faculdade de conhecimento, mas sim, a maneira de pensar, ou melhor de se fazer um uso conveniente do pensar. Trata-se de uma forma de pensar mais ampliada, quando se busca um juízo que sirva de regra universal e que se mostre capaz de determinação somente quando se possa pensar da perspectiva dos outros (Kant, 1993, p. 141)

E a terceira máxima, a mais difícil de ser alcançada, requer uma maneira de pensar consequente, a qual só pode ser atingida em ligação com as duas primeiras como também, observando-se suas prescrições de forma reiterada até que se alcance a perfeição. (Kant, 1993, p. 141/142)

Fica evidente assim que o esclarecimento, envolve a aplicação das três máximas: a do entendimento, a da faculdade do juízo e a da própria razão. A questão que precisamos esclarecer agora é a seguinte: Como emancipar-se? Como sair da condição de menoridade ou de heteronomia a autonomia do pensar?

O homem, na situação de menoridade, não deseja pensar por si próprio, a condição de tutelado lhe é conveniente, na medida que esta lhe possibilita transferir a outros a responsabilidade de decidir por ele: o livro que lhe indica como pensar; o diretor espiritual, que toma o lugar de sua consciência e o médico que decide e prescreve sua dieta (Kant, 1985, p.100/101). Deste modo, “preceitos e fórmulas”, que lhe são ditadas, são os grilhões que o mantém preso a sua menoridade. Mas, isto não significa dizer que Kant considere que a menoridade seja uma imposição de terceiros, nem tampouco, que ela seja um estado natural ao homem. Ele permanece, neste estado, por preguiça ou covardia. São essas as duas causas que explicam porque assume a posição cômoda de ser tutelado.

Assim, a emancipação não parece ser tarefa fácil, na medida em que algumas dificuldades se impõem para que o homem possa sozinho conquistar sua autonomia: por um lado, a situação de tutela e servidão em que o homem se encontra na menoridade se tornou quase uma segunda natureza e, por outro, a falta de ousadia e coragem levam o homem a criar laços afetivos com sua condição de menoridade e a se sentir incapaz de fazer uso de seu próprio entendimento (Kant, 1987, p.101). Poderíamos acrescentar ainda, a essas duas dificuldades, uma terceira, que advém, de uma educação tutelada, que leva a subserviência e ao conformismo, na medida em que não possibilita o pensar por si mesmo. Nesse sentido, os tutores, para manter

o homem preso as suas rédeas, procuraram sempre adverti-lo dos perigos que o ameaça se ele tentar caminhar sozinho.

Fica evidente, assim, que a emancipação envolve algumas dificuldades para ser realizada, mas isto não significa dizer que ela é impossível. Kant a este respeito comenta que “o esclarecimento [Aufklärung] na verdade in *thesi* é fácil, in *hypothesi*, porém é uma coisa difícil e lentamente realizável” (1993, nota 155, p.141). Se a tarefa de emancipação do homem individual se mostra difícil, quando vistas da perspectiva de emancipação da humanidade, essas dificuldades são ainda maiores. Diz Kant: “esclarecer uma época é muito penoso e demorado, porquanto encontram-se muitos obstáculos exteriores que em parte proíbem esta espécie de educação e em parte dificultam-na.” (Kant, 1985, nota 7, p.98). Esse tema relativo a emancipação da humanidade será, posteriormente, retomado por Kant em seus escritos sobre a Antropologia e História. Mas, deixemos de lado esse tema grandioso, uma vez que não é nosso propósito aqui analisá-lo e, pensemos, então, na tarefa que à primeira vista se mostra mais factível, ou “mais fácil”, se comparada a anterior, a de emancipação do homem em particular. Qual seria, então, o caminho para essa emancipação? Kant indica como saída a educação. Diz ele: “É, por conseguinte, fácil em indivíduos particulares estabelecer o esclarecimento [Aufklärung] mediante a educação; deve-se apenas começar cedo a habituar os jovens espíritos a esta reflexão” (Kant, 1985, nota 7, p. 98).

Nas primeiras páginas de seus escritos *Sobre a pedagogia*, Kant ao comparar o homem com o animal deixa claro que ele precisa ser educado para que possa aprender a usar sua razão (Kant, 1996, p. 11/12). Precisamos compreender, então, como esta educação deve ser concebida de modo a formar o homem para o uso autônomo da razão.

A este respeito nos esclarece que a educação envolve o cuidado que devemos ter com a conservação e o bem estar da criança; a disciplina, que tem caráter puramente negativo, mas absolutamente necessário, na medida em que possibilita a passagem do estado de pura animalidade, no qual o homem não está sujeito a nenhuma lei, ao de humanidade, no qual o homem se submete aos preceitos da razão; e, por fim, a instrução, a parte positiva da educação, que corresponde a cultura, na qual lhe é permitido exercitar a reflexão e a liberdade, desde que as submetam a certas regras. (Kant, 1996, p.31). Considerando-se esses aspectos que a educação envolve, o homem poderá ser “treinado, disciplinado, instruído, mecanicamente, ou ser em verdade ilustrado” (Kant, 1996, p. 27). Mas uma educação que tenha a pretensão de educar o homem para o uso autônomo da razão não poderá se restringir a um treinamento mecânico. Nas palavras do filósofo: “não é suficiente treinar as crianças; urge que aprendam a pensar” (p. 28), que sejam educadas para o exercício da liberdade.

Assim, em um primeiro momento da educação, a criança deverá se submeter ao constrangimento das leis, em que exige-se dela um comportamento obediente e

mecânico e, em um segundo momento, deverá ser ensinada a exercitar a reflexão e a cultivar a liberdade. O constrangimento das leis é, pois, a condição primeira para o exercício da liberdade (Kant, 1996, p. 34). É necessário que a criança seja habituada a se submeter a ele desde cedo, para que aprenda a usar corretamente sua liberdade, e, assim, torna-se autônoma.

Esta educação, que procura conciliar a submissão ao constrangimento das leis com o exercício da liberdade, deverá estar pautada por regras que possibilitem a autonomia. Diz Kant, em seu escrito *Sobre a pedagogia*:

Aqui devem-se ter presentes as seguintes regras: 1ª – É preciso dar liberdade à criança desde a primeira infância em todos os seus movimentos [...], com a condição de não impedir a liberdade dos outros. 2ª- Deve-se-lhe mostrar que ela pode conseguir seus propósitos, com a condição de que permita aos demais conseguir os próprios [...]; 3ª - é preciso provar que o constrangimento, que lhe é imposto, tem por finalidade ensinar a usar bem da sua liberdade, que a educamos para que possa ser livre um dia, dispensar os cuidados de outrem (Kant, 1996, p.35).

Assim, a proposta de educação de Kant está para além da mera transmissão de conhecimentos, na medida em que visa ensinar o homem a ser livre para conviver, de forma “pacífica”, com outros homens e desta forma, humanizá-lo, mas também, para fazer um bom uso de sua liberdade, de modo que possa pensar autonomamente, e, não vir a ser, futuramente, tutelada por outrem. Por isso, entende que a educação é uma espécie de “arte, cuja prática precisa ser aperfeiçoada por várias gerações” (Kant, 1996, p. 19).

O papel do professor, em uma educação comprometida com tais fins, não se reduz a tarefa de transmitir conhecimentos, mas sim a ensinar a pensar. Diz ele:

De um professor espera-se, pois, que ele forme em seu *ouvinte*, primeiro, o homem, depois o homem *racional* e, por fim, o *douto* [...]. Se invertermos esse método, o aluno vai abocanhar uma espécie de razão, antes mesmo que o entendimento tenha sido formado nele, tornando-se portador de uma ciência de empréstimo, que nele estará, por assim dizer, apenas grudada e não desenvolvida, ao passo que suas aptidões mentais permanecerão tão estéreis como dantes, tendo se tornado, porém, com o delírio da sabedoria, muito mais corrompidas [...]. Em suma, ele não deve ensinar *pensamentos*, mas a pensar; não se deve *carregá-lo*, mas *guiá-lo*, se se quer que ele seja apto no futuro a *caminhar* por si próprio (Kant, 1992, p. 173/174).

Em consonância com esse objetivo de ensinar os alunos a pensar, Kant, em seus *Escritos sobre Pedagogia*, sugere que em sua prática, o professor utilize o método socrático, que possibilita o sujeito pensar por si mesmo e deste modo retirar de sua própria razão, novos pensamentos. (Kant, 1996, p.75).

O próprio Kant, enquanto professor universitário, ao que parecer procurou se utilizar desse método, pois em seus cursos não se propunha a ensinar filosofia, mas sim ensinar a filosofar. Herder, um de seus alunos, em uma carta, dá um testemunho acerca das qualidades de seu mestre e de sua forma de ensinar: ele jamais ousou ditar doutrinas ou dogmatizar, nem tampouco, angariar discípulos e seguidores. Seus alunos não recebiam outra orientação, senão a de pensar por contra própria (Herder, 1982, p. XXXVIII/XXXIX).

Fica evidente, assim, que em Kant, a emancipação por meio do saber, se constituiu em projeto de vida, conforme Popper procurou ressaltar, pois, como professor ele próprio procurou contribuir para que ela se efetivasse, não assumindo o papel de tutor de seus alunos, lhes transmitindo uma filosofia pronta, mas sim, orientando-os para pensar por eles mesmos. E nesse sentido, mais uma vez Herder pode ser invocado como testemunho, pois, mais tarde, no exercício do livre pensar, voltou-se contra seu mestre, defendendo um pensamento próprio.

Deste modo, a educação tem um papel importante para que o homem venha a fazer o uso de sua própria razão, mas isso não significa que está excluída a sua responsabilidade por sua própria emancipação, visto que cabe a cada um libertar-se da tutela de outrem. Assim, o caminho para a maioria, ou melhor, para a emancipação, requer que o homem tome consciência de sua condição de menor e tenha coragem (decisão) de abandoná-la e, também, que sua educação favoreça o esclarecimento, ou melhor, a emancipação.

Uma vez elucidado como Kant entende a ilustração, o que significa emancipar-se, e como seria possível essa emancipação. Vejamos, então, como Popper, que se considera um seguidor do projeto ilustrado o entende, juntamente, com sua ideia de emancipação.

### **A razão e o esclarecimento em Popper**

Popper, em uma conferência intitulada “Em que acredita o Ocidente? ”, proferida em Zurique (1958), ao se apresentar “como um adepto daquele movimento há muito superado e desaparecido que Kant chamou de esclarecimento” (Popper, 2006, p. 263), explica que tal posição significa que é um racionalista, que acredita na verdade e na razão (p. 263). Mas, também, enquanto adepto do esclarecimento, que ele tem esperança na autoemancipação pelo conhecimento, que inspirou Pestalozzi e Kant (p. 264).

Assim, para elucidar essa filiação de Popper ao movimento ilustrado, iremos, primeiramente, analisar o conteúdo dessa sua “crença” na razão ao se declarar racionalista e, posteriormente, como se configura essa sua esperança no ideal dos filósofos ilustrados, de emancipação pelo conhecimento.

O termo racionalismo é utilizado por Popper, de forma distinta da que geralmente é empregado pela tradição ao opô-lo, ao empirismo. O uso que faz do

termo se contrapõe, não ao empirismo, mas sim ao irracionalismo. Assim, tal termo abarca “não só a atividade intelectual, mas também, a observação e a experimentação”, pois a ciência envolve tanto estas últimas, quanto o pensamento (Popper, 1974, p. 232).

Visto de outra perspectiva, tal termo indica, uma atitude de resolver problemas recorrendo à razão, ou seja, ao pensamento e a experiência, ao invés de apelar às paixões (p. 232). Mas, dada à imprecisão dos termos razão e paixão, Popper prefere definir o racionalista, como uma atitude prática a de ouvir argumentos críticos e a aprender com a experiência. Trata-se de uma atitude que requer, no uso da razão, que consideremos os argumentos dos outros, exigência similar a que Kant definiu, como uma das máximas do exercício do livre pensar, relativa à faculdade do juízo. Mas, que Popper dá a ela uma matiz própria. Diz ele: “É fundamentalmente uma atitude de admitir que *‘eu posso estar errado e vós podeis estar certos, e, por um esforço, poderemos aproximar-nos da verdade’*” (Popper, 1974, p. 232). Este uso da razão considera que a verdade só emerge com a crítica intersubjetiva, ou seja, por meios da argumentação e da observação se pode chegar a “um entendimento que, em consequência de sua equidade, seja aceitável para a maioria, se não para todos” (p. 232).

Popper entende essa atitude racionalista, que leva em consideração os argumentos dos outros, como uma “atitude de razoabilidade”<sup>6</sup> e dá a ela um caráter social. A razão, assim como a linguagem são produtos da vida social, ou seja, resultam da interação com outros seres humanos. Assim, a arte de argumentação resulta da discussão com outros homens. Mas, com isto, Popper não quer negar a possibilidade de um diálogo consigo mesmo, de uma autocritica, o que ele quer dizer é que esta só é possível, porque aprendemos antes, a discutir com os outros, a receber a crítica e a criticá-los, atitude que ele define como “give and take” que forma a base da discussão racional (Popper, 2006, p. 264). É, em consequência do cultivo dessa atitude, que o argumento é mais importante do que a pessoa que argumenta. Deste modo todos aqueles com os quais discutimos são fontes potenciais de argumentos e de informação razoável (p. 233).

Por outro lado, ao considerar que a razão tem caráter social, Popper não quer dizer que ela é coletiva, o que ele pretende ressaltar é seu caráter “interpessoal.” E nesse sentido, ressalta que ela é fruto de uma tradição, e esta deve também, ser entendida, como um fenômeno social e, deste modo, se estabelece nas relações entre sujeitos. Mas, há duas atitudes que devemos considerar quando tratamos da tradição: uma que tende a aceitá-la de forma acrítica, vendo-a como sagrada, inviolável e valiosa por si mesmo e, a outra, que consiste em assumir uma atitude crítica perante ela, que pode levar a aceitá-la, ou a rechaçá-la. Esta última, é a atitude da tradição

6 Popper identifica essa atitude de razoabilidade com a atitude científica, na medida em que esta, na busca por teorias verdadeiras, precisa da cooperação dos cientistas, como também, da competição, para atingir a objetividade. Ele desenvolve tais ideias no capítulo 23 da obra *Sociedade aberta e seus inimigos*.

racionalista, própria de sujeitos dispostos a criticar tudo, que não se submetem cegamente aos preceitos e aos tabus que lhes são repassados, mas sim que os discute criticamente. O racionalismo, tal como Popper entende, é seguidor dessa tradição, que submete tudo ao debate e a crítica, inclusive as próprias pretensões da razão (Popper, 1982, p. 149).

Com efeito, Kant, no prefácio da primeira edição da *Crítica da razão pura*, também, manifesta uma pretensão de realizar uma crítica da razão e para tal propôs que fosse instituído um tribunal ao qual a razão deveria ser submetida, sua incumbência era julgar suas reivindicações justas, e repelir todas suas pretensões infundadas. Tal intento deveria ser realizado não com o recurso a argumentos de autoridade, mas sim através das leis eternas e imutáveis da própria razão (Kant, 1985, p. 14). Todos os conhecimentos que a razão viesse a aspirar deveriam ser submetidos a este exame. Neste tribunal kantiano, a razão é ao mesmo tempo ré e juiz dela própria. Em Popper, entram em cena, os jurados, na medida em que se faz necessário o julgamento dos outros.

Embora, o racionalismo crítico de Popper mantenha laços estreitos com a filosofia ilustrada, mais especificamente com Kant, o qual considera como seu precursor (Popper, 1982, p.226), suas raízes vão mais longe. Esse racionalismo se vincula a uma tradição de debate e crítica que remonta aos primeiros filósofos gregos, os pré-socráticos da Escola de Mileto. Esses filósofos ao invés de aceitarem os mitos e as concepções cosmológicas acriticamente, assumiram uma atitude crítica face ao mesmo, passaram a discuti-lo e contestá-lo (Popper, 1982, p.153). Essa tradição grega, de discutir e questionar as teorias recebidas, se tornou possível devido ao choque de culturas e civilizações. Ao se verem confrontados com civilizações orientais, que defendiam posições conflitantes com as suas, os gregos foram levados a pensar de modo crítico e a reavaliar suas teorias (Popper, 1999, p.61)

Deste modo, a posição adotada por Popper com relação à razão - e o próprio racionalismo - não é de considerá-la como dotada de uma sabedoria, nem tampouco de vê-la como uma autoridade plena de poderes. Reconhece, tal como Kant, que a razão tem limites, mas o reconhecimento desses limites advém da crítica de outrem, ou seja, de seu caráter intersubjetivo, por isso, reserva a ela um papel mais modesto, o de discussão crítica, na medida em que só esta pode nos possibilitar ver uma questão de diferentes perspectivas e a julgar estas corretamente. Tal modéstia implica não apenas, em reconhecer os erros, mas também, em admitir que precisamos dos outros para identificá-los (Popper, 1974, p. 234).

Essa razão, cônica de seus limites e que a tudo submete a crítica, é também, uma razão consequente, na medida em que antes de aceitar ou rejeitar qualquer teoria submete a exame a sua coerência, ou seja, se os enunciados são compatíveis entre si, se a conexão entre eles possibilita uma determinada conclusão, e também, avalia as consequências concretas e práticas que podem ser derivadas de uma teoria,

não podendo estas contradizê-la, pois caso venha a ocorrer tal situação, a teoria deverá ser abandonada, na medida em que recaiu em contradição, ou seja foi falseada. Deste modo, só serão aceitas como verdadeiras, as teorias que não apresentem contradições. Popper propõe o exame desses requisitos, como parte das provas que devem ser submetidas as teorias para que sejam consideradas como científicas. Tais exigências lembram a máxima que Kant propõe a razão para que tenha uma maneira de pensar consequente, muito embora, Popper não faça referência a mesma, parece não ignorá-la, ainda que a interprete de modo próprio, ao aplicá-la a ciência.

Um outro aspecto importante que precisa ser pontuado com relação ao exame crítico, exercido pela razão, diz respeito as condições que o tornam possível. E para tal, Popper estipula a mesma condição que Kant propôs para o exercício do pensar, a liberdade. Nesse sentido, os sujeitos precisam ser livres para que possam exercer a crítica, mas faz-se necessário também, a existência de instituições que possibilitem o debate e a crítica dos conhecimentos produzidos, na medida em que esta é intersubjetiva, e ainda, que o estado seja democrático, no sentido de tolerar a crítica (Popper, 1978, p.23).

Uma vez esclarecido como Popper entende a razão e sua tarefa crítica precisamos elucidar como ele manifesta sua esperança no ideal ilustrado de autoemancipação pelo conhecimento. Para tal é importante observar que suas referências diretas são Kant, e o seu famoso opúsculo “Resposta a pergunta: O que é ‘*Esclarecimento*’?” O lema da *Aufklärung*, expresso nas primeiras linhas desse escrito, por meio do qual Kant exorta o homem a fazer o uso autônomo da razão, é interpretado por Popper, por um lado, como uma das mais importantes e dignas tarefas da própria vida - e o próprio Kant fez dele o sentido de sua vida- muito embora o sentido da vida não se reduza a esta tarefa intelectual (Popper, 2006, p.174). E, por outro lado, como uma tarefa filosoficamente necessária, na medida em que conclama o homem a sair da situação passiva, em que se encontra, e tomar as rédeas de sua própria razão, libertando-se dos grilhões que o mantém preso às falsas ideias e as crenças infundadas.

Uma tarefa tão fundamental, que dá sentido à própria vida, não pode ser esquecida, precisa ter continuidade nas gerações futuras, mas não foi exatamente isto que ocorreu após as reflexões de Kant. Muitos filósofos seus contemporâneos e outros posteriores a ele parecem ter esquecido tal intento, ao invés de se comprometerem a dar prosseguimento ao projeto ilustrado - uma vez que ele já havia advertido que sua época ainda estava em via de esclarecimento (Kant, 1985, p. 112) - voltaram-se contra o mesmo, ou então, assumiram a posição de profetas, fundadores de novas religiões, contribuindo deste modo, para o obscurecimento da razão. Opondo-se a tais posições, Popper e, em consonância com Kant, considera como dever de todo intelectual esclarecido “não posar de profeta”, ou seja, não assumir a posição de “revelador dos segredos do mundo e da vida”, como também, não criar seitas e arrebatar seguidores (Popper, 2006, p.264/265).

É, justamente, por considerar que os ideais da *Aufklärung* devem ser mantidos vivos, que Popper se pronuncia em sua defesa, não apenas como um de seus adeptos, mas também, como um continuador da tarefa de emancipação do homem.

Neste sentido apresenta algumas atitudes que o seguidor do esclarecimento deverá assumir, que de certa forma deixam entrever sua posição acerca do que entende por esclarecimento. Em primeiro lugar, jamais deverá ter a pretensão de persuadir, tal como o faz o profeta. Pois, tem consciência dos limites de sua razão, de sua falibilidade, de que pode incorrer em erros, por isto não se julga dotado de uma sabedoria, ou conhecedor dos últimos segredos do universo, nem tampouco, pensa que estas verdades devem ser repassadas a outrem.

Em segundo lugar, deve ter uma atitude de respeito com relação à autonomia intelectual do outro, as posições que o outro assume, mesmo que sejam falsas ou baseadas em crenças fanáticas, por isso não deve persuadi-lo, mas sim, exortá-lo a reflexão, para que manifeste suas objeções e críticas face a determinadas questões ou pontos de vista, pois é por meio da discussão crítica que eliminamos o erro e nos aproximamos da verdade. Nesse sentido, quando o filósofo esclarecido condena a crença fanática, não o faz por razões meramente pragmáticas, nem tampouco, porque nutre a esperança de conquistar melhores avanços na política e na vida prática com uma atitude mais sensata. Tal condenação, resulta da ideia de busca da verdade, por meio da crítica do erro.

Em terceiro lugar, o seguidor do esclarecimento, deve saber que “não se pode provar nada” fora do âmbito da lógica e da matemática. O máximo que podemos fazer, no exercício de nossa razão, é formular argumentos e avaliá-los criticamente. Nas palavras de Popper: “Devemos sempre pesar as razões; devemos sempre decidir quais razões têm mais peso: as razões que falam em favor de uma visão, ou as que falam contra ela.” (Popper, 2006, p. 266). Este processo envolve uma escolha, uma decisão livre por uma das posições. E espera-se que o indivíduo esclarecido escolha a posição pautada em “boas” razões. Mas, não devemos esquecer, conforme ressaltamos anteriormente, que esse exercício da razão não é um processo solitário, pois pressupõe sempre o outro, dado o caráter social da razão.

Assim, a ideia de emancipação em Popper, tem nuances próprias, pois para que esta se concretize não basta que o indivíduo pense por si mesmo e formule seus juízos e argumentos, ele precisa também, submetê-los a apreciação crítica de outros, de modo a identificar seus erros e, deste modo, se aproximar da verdade. Em síntese, trata-se de uma autoemancipação do erro, da crença infundada e das ideias falsas, face a crítica de terceiros, tendo em vista a busca da verdade. Conforme o próprio filósofo nos assegura: [...] é, antes a ideia de uma autolibertação *espiritual* do erro, da crença errônea. É a ideia de uma autoemancipação espiritual mediante a crítica às ideias próprias (2006, p. 189).

Para que essa emancipação venha a se efetivar o homem precisa ser educado. Assim, tal como Kant, Popper vê na educação um meio para a conquista da autolibertação do homem. Mas, entende que esta educação, tendo em vista a busca da verdade e a eliminação do erro, deve possibilitar que analisem tão criticamente suas ideias, quanto as ideias dos outros (2006, p. 189).

Entretanto, Popper não escreveu nenhum tratado de pedagogia, que nos apresente tais ideias de forma sistemática, suas reflexões acerca da educação vêm à tona em algumas passagens de seus escritos que tratam de sua teoria da ciência, ao critica a concepção empirista. Nessas obras, é possível se vislumbrar a defesa de uma pedagogia que valorize a problematização, o diálogo e a crítica.<sup>7</sup>

É tendo em vista uma educação comprometida com tais valores que ele se contrapõe a pedagogia tradicional, por conceber a educação como um processo de transmissão de conhecimentos, no qual o aluno assume uma atitude passiva e receptiva, face aos mesmos. Ao receber um saber pronto, o aluno não é educado para pensar, nem tampouco para questionar e propor soluções novas para os problemas, mas sim para memorizar as informações que lhes são repassadas. Popper faz severas críticas a essa pedagogia: “O fato é que nossa pedagogia consiste em sobrecarregar as crianças com respostas, sem que elas tenham colocado questões, e às perguntas que fazem não se presta atenção” (Popper, 1990, p.49). E conclui: “Está é a pedagogia habitual: respostas sem perguntas e perguntas sem respostas” (p. 49).

Uma outra dificuldade dessa pedagogia está em educar para a infalibilidade, pois induz o aluno a acreditar que os conhecimentos que possui são verdades inatacáveis e que não há qualquer possibilidade de erro. Tal atitude é consequência de uma educação dogmática, que tem respostas para tudo e estas são consideradas as únicas verdades, ao aluno cabe apenas a tarefa de assimilá-las e repeti-las. Deste modo ele formado, não para identificar e criticar os erros, mas, sim para ocultá-los ou negá-los, na medida em que já há uma verdade estabelecida que ele deve aceitar.

Além do caráter dogmático dessa pedagogia, que faz com que o aluno não perceba a fragilidade dos conhecimentos que possui, há ainda um outro aspecto que inibe qualquer possibilidade de um pensar autônomo e crítico, trata-se do seu caráter coercitivo e autoritário. Nesta educação para a submissão a uma autoridade, a capacidade de pensar por si mesmo, de levantar questões, e de criticar não é incentivada, sendo muitas vezes até mesmo reprimida. Os alunos são assim, educados para serem tutelados e para reconhecer como fonte de verdade a autoridade, seja ela, como já chamou a atenção Kant, o professor, que assume o papel de seu tutor; o livro, do qual ele assimila as ideias sem refletir; a religião, que lhe impõe seus dogmas.

---

7 Sobre a concepção de educação de Popper ver o artigo: DIAS, E.A. “A proposta pedagógica de Popper: uma educação para a problematização”. In MONTEIRO M. N.; et al (org.) *Ensaio de Filosofia e Educação: Cultura, formação e cidadania*. Belém: EDUFPA. 2008, p. 139-153.

Ao contrário dessa pedagogia, que pretende manter o aluno preso a um saber de empréstimo e dogmático e deste modo incapaz de exercer o pensar crítico, a educação para a emancipação deve visar uma atitude ativa do aluno, possibilitando-lhe pensar e levantar problemas, buscar soluções inventivas para os mesmos e criticar as soluções propostas.

Essa capacidade de propor problemas e de ensaiar soluções é própria de todos os seres vivos (Popper, 2001, p.17). Mas, a principal diferença entre o homem e os outros seres vivos está no fato, de ele ser o único capaz de criticar as soluções propostas e eliminar os erros. Assim, muito embora o homem seja dotado de uma natureza falível, que faz dele um ser capaz de cometer erros, ele pode de forma consciente, identificá-los e eliminá-los, ou até mesmo superá-los, desde que assuma uma atitude crítica face as soluções apresentadas para os problemas que enfrenta.

Assim, a educação para a emancipação, tal como Popper a entende, deve estar pautada na ideia de que “podemos aprender com nossos erros” (Popper, 1982, p. 19), e para tal deve possibilitar o exercício da habilidade de problematização como também, da capacidade inventiva do aluno para que ele pense soluções inovadoras para as questões que desafiam sua inteligência e, posteriormente, discuta criticamente tais soluções e elimine as falsas, as reputadas erradas. Trata-se, de uma forma inovadora de conceber a educação, que visa a autonomia de pensamento, o desenvolvimento da capacidade de raciocínio e de imaginação dos alunos, na medida em que os estimula a pensar e a conjecturar soluções para problemas, que eles próprios propõem, como também, a examinar criticamente as soluções e deste modo, ir superando seus erros, progressivamente, até chegar a soluções sustentadas em bons argumentos.

Popper, tal como Kant, pensa que o papel que o professor, deve desempenhar, nessa educação, é o socrático, o de “cuidar das almas de seus discípulos”, ou seja de estimular atitudes que favoreçam o pensar e o exame crítico, independente. Esta educação para o pensar autônomo (ideal kantiano), para ser realizada não requer uma disciplina rígida, como pensava o filósofo prussiano, mas sim um ensino que possibilite a problematização e o debate crítico das soluções propostas para os problemas.

### **Considerações finais**

Ao analisar as concepções de Kant e Popper acerca do esclarecimento podemos dizer que há pontos de confluência entre os dois filósofos, no que diz respeito ao projeto ilustrado, estes estão relacionados à defesa do uso autônomo da razão; a valorização da razão, como meio para se buscar a verdade; a crítica a razão e o reconhecimento dos seus limites; a preocupação com o próprio progresso da razão e o seu aperfeiçoamento; e a ideia de uma educação que possibilite a autonomia de pensamento. Tais aspectos que Popper, comunga com os filósofos ilustrados, mais

especificamente com Kant, já nos possibilita identificá-lo como um deles, ou como ele próprio se define, como um dos seguidores do movimento ilustrado. Mas, apesar dos pontos de convergência, pudemos verificar que a forma como Popper concebe a razão e a emancipação tem nuances próprios.

Popper tem consciência das críticas que o projeto ilustrado sofreu e por isso a sua posição, enquanto adepto e defensor do esclarecimento, já traz consigo algumas depurações. Reconhece as atrocidades que foram cometidas em nome da razão, mas isto não o impede de defendê-la como instrumento de libertação do homem. Entretanto, não lhe atribui qualquer poder ou autoridade, nem tampouco em nome dela propõe a eliminação de toda e qualquer forma de preconceitos, pois admite que a razão recorre a certas pressuposições para exercer sua crítica, como também, não propõe o abandono da tradição, pelo contrário, a atitude de discussão crítica é fruto de uma tradição. Por outro lado, não vê na ciência a grande realização da razão humana, pois sabe o quanto ela é falível e sujeita a erros. E também, não vê na técnica a mais evidente concretização do poder da ciência, conforme advogavam Bacon e Descartes. Assim, A ideia de emancipação através do conhecimento, em Popper, não pode ser identificada com a racionalidade instrumental, que visa à dominação da natureza.

A razão, tal como Popper a entende não é a “deusa infalível” e inumana, que muitos atribuem aos ilustrados. Nesse sentido, entende que um racionalista e um iluminista não tem a pretensão de ser e de transformar os outros em seres puramente racionais. A razão tem uma atitude mais modesta, tem consciência de seus erros e limitações e procura superá-los por meio da crítica. Não é tampouco, uma qualidade do indivíduo, mas sim tal como a linguagem, um produto da vida social. Deste modo o indivíduo vai aperfeiçoando sua capacidade de pensar e argumentar ao confrontar seus argumentos com o de outros, ao criticá-los e ser criticado. Tal atitude está vinculada a uma tradição que remonta aos primeiros filósofos gregos, a de discussão crítica, aberta e livre. Trata-se de uma atitude prática, de uma disposição para ouvir argumentos críticos e de aprender com a experiência.

A autolibertação que Popper almeja e faz dele um defensor da ilustração, é aquela que resulta do uso crítico da razão e possibilita que o homem, se liberte do erro e da crença nas falsas ideias, na medida em que tem consciência de sua falibilidade. Para tal precisa ser educado para ver tão criticamente suas próprias ideias quanto as ideias dos outros, aos quais se opõe. E assim, por meio da crítica, eliminar as falsas tendo em vista a verdade.

**Referências bibliográficas:**

- CASSIRER, E. 1992. *A Filosofia do iluminismo*. Campinas/S.P., Ed. da Unicamp.
- DIAS, E.A. 2013. “Popper um kantiano não-ortodoxo”. In CARVALHO, M. E FIGUEREDO, V. (Org.). *Filosofia Contemporânea: Lógica, linguagem e ciência*, São Paulo, ANPOF, vol. 5, p. 261-268.
- DIAS, E.A. 2008. “A proposta pedagógica de Popper: uma educação para a problematização”. In MONTEIRO M. N. et al (org.) *Ensaio de Filosofia e Educação: Cultura, formação e cidadania*. Belém: EDUFPA, p. 139-153
- D’ALEMBERT. 1994. *Discurso Preliminar da Enciclopédia*. São Paulo, Ed. UNESP.
- HERDER, J. G. 1982. *Obra selecta*. Prólogo, traducción y notas Pedro Ribas, Madrid: Ediciones Alfaguara.
- KANT, I. 1996. *Sobre a pedagogia*. Piracicaba/ São Paulo: Editora Unimep.
- KANT, I. 1985. *Textos seletos*. Petrópolis/Rio de Janeiro: Editora Vozes.
- KANT, I. 1993. *Crítica da Faculdade do Juízo*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- KANT, I. 2006. *Antropologia de um ponto de vista pragmático*. São Paulo: Iluminuras.
- KANT, I. 1992. *Lógica*. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro.
- MUGUERZA, J. 1991. “Kant y el sueño de la razón”. In Thiebaut, Carlos (Ed.) *La herencia Ética de la ilustración*. Barcelona; Editorial Crítica.
- POPPER, K. 1999. O mito do contexto: Em defesa da ciência e da racionalidade. Lisboa: Ed. 70.
- POPPER, K. 1978. *Lógica das ciências sociais*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- POPPER, K. 2001. *A vida é aprendizagem*. Lisboa: Edições 70.
- POPPER, K. 1990. *O futuro está aberto*. Lisboa: Editora Fragmentos.
- POPPER, K. 1982. *Conjecturas e refutações*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília.
- POPPER, K. 1974. *A sociedade aberta e seus inimigos*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, vol. 2
- POPPER, K. 2006. *Em busca de um mundo melhor*. São Paulo: Martins Fontes.
- PERONA, A. J. 1993. *Entre el liberalismo y la socialdemocracia: Popper y la “sociedade aberta”*. Barcelona: Editorial Anthropos.
- TORRES FILHO, R. R. 1987. *Ensaio de Filosofia ilustrada*. São Paulo: Editora Brasiliense.
- VOLTAIRE, F.A. 1967. *Dictionnaire Philosophique*. In: *Oeuvres*, Paris, Garnier Frères.

Revista digital: [www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/modernoscontemporaneos](http://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/modernoscontemporaneos)



This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License.